

Política

ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

Críticas à intervenção do Estado no seminário da FIESP

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Diminuir a intervenção do Estado na economia e garantir o espaço da iniciativa privada na nova Constituição foram os pontos comuns a todos os discursos do seminário "os agentes econômicos na nova Constituição", realizado na última sexta-feira na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), numa promoção da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do jornal O Globo.

O senador Albano Franco (PMDB), já na abertura do seminário, deu o tom que regerá todo o evento: "Cada cruzado a mais para o Estado, é um cruzado a menos para a iniciativa privada". O empresário Mário Amato, presidente da FIESP, entrou em seguida, na mesma cadência. "O Estado regula muito e regula mal", discursou ele, "até o mundo socialista está adotando a livre iniciativa".

Chegou-se à conclusão de que o Brasil está "na contramão da História", pois enquanto todo o mundo, inclusive o socialista, incentiva a economia privada, o Estado brasileiro toma a si poderes excessivos.

Amato declarou à imprensa que o "empresariado está procurando sobreviver sob a recessão" e que as demissões só vão diminuir se o governo retirar os empréstimos compulsórios, aumentar a construção de casas para as populações de baixa renda e valorizar o salário mínimo.

A respeito da proposta do senador José Richa (PMDB-PR) de suspender os trabalhos da Constituinte por noventa dias, Amato disse que "suspender seria uma frustração, mas uma pausa na Constituinte é necessária".

O empresário Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, ex-presidente da FIESP, alinhou alguns tópicos do anteprojeto da Sistematização "prejudiciais à livre iniciativa".

Entre eles, condenou o estabelecimento do conceito de excesso de lucros, pois, segundo Vidigal, "o

lucro é causado pela eficiência e garantia da sobrevivência das empresas", portanto, nunca é excessivo. Criticou, também, a criação do fundo de conservação do meio ambiente sobre contribuições de empresários envolvidos em atividades poluidoras e "as excessivas garantias aos trabalhadores", tais como a jornada de quarenta horas semanais de trabalho e o 14º salário.

Roberto Bornhausen, presidente da Confederação das Instituições Financeiras, tratou dos aspectos do relatório da Comissão de Sistematização relativos às instituições financeiras.

Defendeu a participação do capital estrangeiro na economia e condenou o capítulo sobre a Ordem Social no que se refere aos direitos dos trabalhadores — "propostas utópicas, contra a realidade econômico-social". Segundo Bornhausen, a jornada de quarenta horas no caso dos bancários "compromete a eficiência e aumenta a rotatividade da categoria, onerando as empresas".

Já o deputado Afif Domingos pregou a doutrina do social-liberalismo, que, na sua visão, significa menor intervenção do Estado e o desenvolvimento da economia informal. Afif criticou o relatório da Comissão de Sistematização, classificando-o de "lixo". O deputado disse que está organizando o "bloco do bom senso" na Constituinte, formado por deputados "moderados" que querem discutir um outro anteprojeto de Constituição.

"Sobre o texto atual não temos condições de conversar", disse Afif, "vamos dar trinta dias para que o relator Bernardo Cabral possa escrever um outro texto que o bloco moderado possa estudar".

Sobre o anteprojeto que o Poder Executivo enviou para exame do Congresso Constituinte nesta semana, o deputado afirmou que "o Palácio do Planalto deveria cuidar do governo, que aliás está muito mal cuidado e deixar a Constituinte conosco".

UDR faz campanha para levar 30 mil a Brasília

por Maria da Graça Macarenhas de Belo Horizonte

O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, está visitando quatorze estados do País, com o único objetivo, segundo ele, "de convocar não só os produtores rurais, mas todos os segmentos da sociedade que defendem a livre iniciativa", a ir a Brasília, no próximo dia 10, quando será votado o anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte e as suas emendas.

Para tanto, Caiado está mantendo contato com as entidades e associações de produtores rurais, da indústria e do comércio, nos estados visitados. Ele considera que a votação do dia 10 determinará o esboço final do texto da nova Constituição.

"Teremos um divisor de águas, de um lado os constituintes que querem a estatização, de outro os que querem a livre iniciativa", diz ele, para justificar a necessidade de manifestação e apoio dos que defendem o

MILITARES — O comandante do Comando Militar do Nordeste, general Luiz Urrutay Neto, disse na sexta-feira, em Recife, esperar que sejam feitas alterações no anteprojeto constitucional, atualmente em discussão na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Conflito entre Sant'Anna e líderes para alterar projeto

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Mais de 80% das 5.607 emendas apresentadas até quinta-feira à Comissão de Sistematização da Constituinte alteram o conteúdo do projeto do relator da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Mas somente serão aprovados no novo projeto os 20% das emendas que se limitam a alterar a redação do projeto, as chamadas emendas de adequação.

Contra a decisão de só admitir emendas de redação, tomada conjuntamente pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, pelos líderes de todos os partidos e pelo relator Bernardo Cabral, e pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, trabalha o líder do governo da Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

O conflito instaurado por Sant'Anna deverá converter-se em confronto aberto na próxima sexta-feira, dia marcado para os 63 membros da Comissão de Sistematização votarem o projeto que Cabral concluirá até terça-feira, incorporando as emendas de adequação.

Convenção de que tem a maioria dos votos na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte, Sant'Anna montou a estratégia do grupo que lidera em cima da possibilidade de poder levar à votação um projeto que não seja o resultante dos trabalhos das comissões temáticas.

"Nós, que somos maioria, fomos até agora obrigados a votar projetos adversos, impostos à votação pela minoria", afirma Sant'Anna.

A maioria de que Sant'Anna fala é o grupo de cerca de 150 constituintes do centro democrático, um bloco de parlamentares do PMDB da ala conservadora do partido que obedece a orientação do Palácio do Planalto, mais um número não precisamente definido de constituintes de outros partidos afinados com a mesma orientação. A minoria, segundo ele, é o grupo de relatores das subcomissões e das comissões temáticas da Constituinte esboçados pelo senador Mário Covas e confirmados pelo voto dos membros das comissões e subcomissões.

No dia marcado para a votação do projeto de Cabral, Sant'Anna pretende

pedir destaque para a votação das emendas articuladas pelo seu grupo. "A maioria decidirá", prevê. Mas Bernardo Cabral pondera que a estratégia não dará resultado: as emendas que mudam o conteúdo não serão aceitas pelo senador Afonso Arinos e não serão objeto de votação, garante.

As emendas do grupo de Carlos Sant'Anna sintetizam os trabalhos coordenados pelo consultor geral da República, José Saulo Ramos, e incorporam as propostas do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que se dedicou especialmente aos capítulos da organização do estado, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O grupo de Sant'Anna está articulando para incluir na nova Constituição um sistema de governo que, sem ser o presidencialismo puro hoje vigente, mantenha o centro das decisões na figura do presidente da República. Alguns institutos típicos do parlamentarismo são admitidos, como o primeiro-ministro, o conselho da República e o voto de censura ao gabinete.

Mas a titularidade da chefia do Estado e da chefia do governo estaria em mãos

do presidente da República.

Sant'Anna não admite a possibilidade de os ministros militares e o ministro das relações exteriores ficarem sujeitos ao voto de censura do Parlamento. O líder do governo concentra-se em duas alternativas: ou só se prevê a censura coletiva, de todo o gabinete exceto os três ministros militares e o de relações exteriores, ou se admite a censura individual com exclusão dos quatro ministros.

As emendas apresentadas pelo grupo de Sant'Anna "enxugam" os direitos dos trabalhadores aprovados na Comissão da Ordem Social e transferem para a lei ordinária a disciplina da estabilidade do emprego e da jornada de trabalho.

Sobre o tratamento do capital estrangeiro, Sant'Anna apoiará a emenda apresentada pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). Dornelles sustenta que a definição de empresa nacional não deve ser prevista na Constituição. Mas, se for, deve reproduzir a prevista na lei das sociedades anônimas, segundo a qual é nacional a empresa organizada de acordo com a lei brasileira e que mantém sede e direção no País.

O debate sobre as modificações do sistema tributário

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

A possibilidade de os estados estabelecerem alíquotas diferenciadas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), conforme está no anteprojeto da Constituinte, "vai criar uma guerra fiscal entre eles", na opinião do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), durante um debate com o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Um exemplo do deputado gaúcho: "O Rio Grande do Sul produz bastante feijão e vai fazer incidir sobre o produto a tarifa máxima, enquanto Santa Catarina, pequeno produtor, poderá estabelecer uma alíquota mais baixa. Após a colheita, durante a noite, todo o feijão gaúcho vai amanhecer no estado vizinho", alertou Rodrigues. "É óbvio", acrescentou, "ninguém vai segurar os caminhoneiros", concluiu o deputado.

Essa discussão é apenas um "trailer" do que vai acontecer nos debates em plenário sobre a reforma tributária. Dornelles acha que o texto do anteprojeto que vai a plenário "respondeu às expectativas, porque, em primeiro lugar, fortaleceu as finanças municipais e estaduais; em segundo, promoveu uma distribuição regional de renda quando aumentou o Fundo de Participação dos Estados, onde 70% da receita vai para o Nordeste; em terceiro lugar, enumerou Dornelles, definiu a competência da União, abrindo caminho para que a legislação ordinária torne mais progressivo o sistema tributário e; em quarto lugar, deu mais transparência às garantias individuais dos contribuintes", avaliou o ex-ministro.

Dornelles defendeu a criação de tributos novos e diferenciados pelos estados, no seu entender "contribuições". Na opinião de Rodrigues, o novo ICM com base ampliada (o ICM vai incorporar o Imposto sobre Serviços — ISS — e o Imposto sobre Energia Elétrica, Combustíveis e Lubrificantes, entre outros), vai atingir de forma mais direta aqueles que gastam seus recursos na sua sobrevivência, os mais buscados pelo sistema tributário", sustentou.

Outras alternativas para penalizar mais os contribuintes de baixa renda são o novo Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), de 2%, e a cobrança, pelos estados, de mais 5% sobre o Imposto de Renda das pessoas físicas, o que, na opinião de Rodrigues, "beneficia os estados, mas não atende as expectativas sobre os municípios". Dornelles "desacorda frontalmente" desses argumentos, assinalando que os municípios tiveram muitos ganhos de renda.

Os ganhos de renda para os municípios vieram do aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do aumento da participação dos municípios no Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que era de 17% e passou para 22,5%; e ainda da maior participação do ICM, passando de 20 para 25%, conforme os cálculos do deputado Dornelles.

"O ministro Dornelles fez a enumeração de tudo o que o município ganha e se esqueceu de fazer sobre o que ele perde", contrapôs Rodrigues durante o debate produzido por este jornal para o programa Primeira Página, que vai ao ar pela TV Nacional de Brasília.

"O município perde o ISS de qualquer natureza, perde os recursos do Imposto Territorial Rural, perde a participação que tinha nos impostos sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes", argumentou o deputado do PMDB.

Mas a grande preocupação de Rodrigues é com o que vai ser transferido para os municípios, como o saneamento básico, a saúde e habitação públicas, e o ensino de primeiro grau.

"O que vai acontecer na prática, segundo o pemedebista, é que os prefeitos vão mudar de padrão. Hoje, os prefeitos têm que vir a Brasília, depois terão que ir aos governadores com um agravante muito sério: os governadores vão desenvolver um trabalho político junto aos prefeitos fazendo com que o município que não afinar com ele, não tenha dinheiro", arrematou Rodrigues.



Francisco Dornelles

Empresários vão propor emenda

por Ediana A. Balleroni de São Paulo

Os empresários do Rio Grande do Sul irão apresentar uma emenda ao anteprojeto da Constituição, no capítulo que trata dos Direitos e Garantias dos Trabalhadores, afirmou ontem Luís Carlos Mandelli, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). A proposta — que deverá contar com a adesão de 100 mil empresários, segundo Mandelli — é contrária a uma série de dispositivos introduzidos no projeto da nova Carta, como a jornada de quarenta horas semanais e o direito de greve.

"As emendas populares não serão apresentadas apenas pela Pastoral da Terra ou pela CUT. Os empresários estão unidos e irão lutar pela manutenção de suas posições", afirmou Mandelli, durante seminário realizado na sexta-feira na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

A emenda da FIERGS propõe que a nova Constituição estabeleça uma jornada de trabalho semanal "de até 48 horas". Os empresários gaúchos entendem que determinados setores — como o de tecnologia de ponta — podem diminuir a carga horária de seus empregados para quarenta horas semanais, mas outros não. Com a redação proposta pela FIERGS, a redução seria discutida nas negociações coletivas.

"A greve, como está colocada no anteprojeto, é absurda", sentenciou o empresário. Mandelli considera que deve haver mais restrições ao direito de greve e que a paralisação do trabalho deve ser considerada como interrupção do contrato. "Do contrário a greve será sempre paga pelo empregador", justificou.

Os empresários gaúchos aceitam o pagamento de indenização na hipótese de dispensa do empregado, desde que gradativa, conforme o tempo de serviço. Também são favoráveis ao seguro-desemprego, mas estabelecido entre empregado e empregador, sem a ingerência do Estado. A participação nos lucros da

Mobilização em Esteio

por Beti Copetti de Porto Alegre

A Associação dos Jovens Empresários do Rio Grande do Sul está defendendo a criação de um fundo especial ou um seguro-desemprego como alternativa a ser proposta à Assembleia Nacional Constituinte, em substituição à estabilidade e à jornada de 40 horas semanais, aprovadas pela Comissão da Ordem Social. O presidente da entidade, Cláudio Ryff Moreira — numa reunião-almoço que teve como palestrante um constituinte gaúcho do PT e outro do PDT —, disse que esta será a sugestão a ser levada pelos jovens empresários ao encontro que o Centro das Indústrias do Estado programou pa-

ra terça-feira, no Parque de Exposições de Esteio (RS), onde espera reunir mais de 4 mil empresários. A idéia, disse Moreira, é de que este fundo seja gerido por empregados e empregadores, sem interferência do estado.

Moreira afirmou que, até sexta-feira, 2,8 mil empresários do interior do estado já haviam confirmado a presença, no encontro de Esteio, engrossando o autodenominado "movimento pela Liberdade Empresarial", que conta com a participação de associações do setor primário, do comércio, da indústria e de serviços.

A partir desse encontro, os empresários gaúchos pretendem manter presença constante em Brasília, até o dia da votação da matéria.

uma aprovação de lei por maioria absoluta.

"Mas todo este trabalho foi aviltado pela Comissão da Ordem Social, que criou

EMPRESA NACIONAL

O deputado federal, Francisco Neves Dornelles, ao comentar o trabalho da Comissão de Tributação, Orçamento e Finanças da Constituinte afirmou que o sistema tributário por ela elaborado atendeu às expectativas da sociedade, pois fortaleceu estados e municípios; melhorou, regionalmente, a repartição da renda; trouxe mais garantias aos contribuintes; estabeleceu que não será criado nenhum tributo que tenha base de cálculo ou fato gerador idêntico aos de tributos já existentes; e tornou necessária, para a criação de tributos,